REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 35 No. 3 Setembro - Dezembro 2022

ARTIGO

A CONSERVAÇÃO E A ARQUEOLOGIA ENTRE 1855 E 1961: PONTOS DE CONTATO

Bruno Perea Chiossi*, Marina Jardim e Silva**

RESUMO

Este artigo debruçou-se sobre o processo de desenvolvimento da Conservação e da Arqueologia, destacando alguns momentos em que esses campos se aproximam e se tangenciam. Estabeleceu-se como ponto de partida meados do século XIX, quando, no Rio de Janeiro, identifica-se a presença desses ramos nas estruturas das instituições imperiais. Passa-se à formação do antigo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), órgão criado no início do século XX que considera a preservação do patrimônio arqueológico nacional – e consequentemente sua conservação – como parte de sua missão. Trata-se de momento fundamental para entendermos o estabelecimento de uma legislação mais robusta que se consuma com a promulgação da Lei nº 3.924/1961.

Palavras-chave: Conservação Arqueológica; Preservação do Patrimônio Cultural; História da Conservação; História da Arqueologia.

* Doutorando em Museologia e Patrimônio pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Bacharel em Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis pela Universidade Federal de Minas Gerais.

** Mestre em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; Bacharela e Licenciada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CONSERVATION AND ARCHEOLOGY BETWEEN 1855 AND 1961: POINTS OF CONTACT

ABSTRACT

This article focuses on the development process of Conservation and Archaeology, highlighting some moments in which these fields approach and touch each other. The mid-nineteenth century was established as a starting point, when, in Rio de Janeiro, we identified the presence of these branches in the structures of imperial institutions. In the early 20th century, the former National Historic and Artistic Heritage Service (Sphan) was formed, today named the National Historic and Artistic Heritage Institute (Iphan), which considers the preservation of the national archaeological heritage - and consequently its conservation - as part of its mission. It was an important moment to understand the establishment of more robust legislation that was consummated with the enactment of Law nº 3.924/1961.

Keywords: Archaeological Conservation; Preservation of Cultural Heritage; History of Conservation; History of Archeology.

CONSERVACIÓN Y ARQUEOLOGÍA ENTRE 1855 Y 1961: PUNTOS DE CONTACTO

RESUMEN

Este artículo se centró en el proceso de desarrollo de la Conservación y la Arqueología, destacando algunos momentos en los que estos campos se acercan y tocan. Se estableció como punto de partida la mitad del siglo XIX, cuando, en Río de Janeiro, se identificó la presencia de estas ramas en las estructuras de las instituciones imperiales. Se constituye el antiguo Servicio del Patrimonio Histórico y Artístico Nacional (Sphan), hoy Instituto del Patrimonio Histórico y Artístico Nacional (Iphan), organismo creado a principios del siglo XX que considera la preservación del patrimonio arqueológico nacional -y en consecuencia su conservación.- como parte de su misión. Es un momento fundamental para que entendamos el establecimiento de una legislación más robusta que se consuma con la sanción de la Ley nº 3.924/1961.

Palabras clave: Conservación Arqueológica; Preservación del Patrimonio Cultural; Historia de la Conservación; Historia de la Arqueología.

INTRODUÇÃO

Este artigo percorre a história do aparelhamento do Estado relativo às políticas de cultura e de preservação do patrimônio e dos espaços ocupados pela conservação e pela arqueologia, bem como os pontos de contato entre os dois campos de conhecimento. O interesse desta pesquisa permeia o grande campo da preservação do patrimônio cultural, definido pelo Conselho Internacional de Museus (Icom) como “Todo objeto ou conceito considerado de importância estética, histórica, científica ou espiritual” (ICOM, 2009, p. 31), no qual os bens arqueológicos estão inseridos.

Considerando que a conservação e a arqueologia estão relacionadas diretamente com a construção do conceito ocidental de memória e dos imaginários nacionais, vale pontuar que esses termos adquirem significâncias e definições diversas ao longo do tempo. Dessa forma, buscamos um diálogo partindo da perspectiva da história das ciências.

ACADEMIA IMPERIAL DE BELAS ARTES: CONSERVAÇÃO E ARQUEOLOGIA EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA

A Academia Imperial de Belas Artes foi, possivelmente, uma das primeiras instituições do Brasil Império a solicitar a abertura de vaga específica para atuação do profissional de conservação e restauração. Três décadas após o início das atividades no Rio de Janeiro, a efetiva criação do posto de conservador de quadros e restaurador da Pinacoteca ocorreu em meio à reestruturação da instituição entre 1854 e 1855. Sob a responsabilidade de Manuel de Araújo Porto-alegre, pintor, poeta, jornalista e então diretor da Academia, a reestruturação fez parte do programa de governo denominado Reforma Pedreira, empreendido por Luiz Pedreira do Couto Ferraz, ministro do Império de 1853 a 1857 (SQUEFF, 2000, p. 104).

Vale destacar que Porto-alegre habilitou-se “no curso de arqueologia do célebre antiquário” e arqueólogo italiano Antonio Nibby (CHAVES, 2018, p. 97), produziu peças como “uma comédia arqueológica” (PONCIONI, 2015, p. 66) e participou da expedição para “averiguar a possível existência de uma inscrição fenícia na Pedra da Gávea” (FERREIRA, 1999, p. 17).

Entre as mudanças ocorridas na Academia, ressaltam-se duas, evidenciadas na publicação do Decreto nº 1.603, de 1855: a criação do cargo de conservador e restaurador e suas atribuições; e o estabelecimento de uma organização de estudos, que passaram a ser divididos em cinco seções (Arquitetura, Escultura, Pintura, Ciências Acessórias e Música). No curso de Ciências Acessórias, havia a cadeira de Arqueologia (SQUEFF, 2000, p. 108)¹ e, dessa forma, oficializava-se e firmava-se na Academia a presença da Conservação e da Arqueologia. Embora os campos não tenham se entrecruzado de forma efetiva, abria-se um novo espaço de debate intelectual que se somava aos processos que ocorriam no Museu Real (hoje Museu Nacional) e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) (BARRETO, 2000; FERREIRA, 1999).

Na Academia Imperial de Belas Artes, a solicitação da Congregação de Lentes para contratação de um profissional de restauração para os quadros pertencentes à instituição pode ser encontrada sob a direção do artista francês Félix-Émile Taunay, entre 1834 e 1851, e há registros de que algumas obras sofreram intervenção anteriores à oficialização

¹ Nos Estatutos de 1855, a parte relativa às Ciências Acessórias seria composta pelas cadeiras de Matemáticas Aplicadas; Anatomia e Fisiologia das Paixões; História da Arte, Estética e Arqueologia (BRASIL, 1855, 403).

do cargo². O acervo da Academia incluía obras de alunos e professores, mas o foco das ações de conservação e restauração seria, principalmente, a chamada Coleção Nacional. Essa tratava-se, sobretudo, das coleções de Dom João VI e de quadros trazidos por Joaquim Lebreton, chefe do conjunto de profissionais e artistas franceses contratados para promover o ensino na Corte (CASTRO, 2013, p. 33).

Carlos Luiz do Nascimento foi o artista contratado como “Conservador de Quadros e Restaurador da Pinacoteca”, permanecendo na função de 1854 a 1876. Suas atribuições foram apresentadas no Estatuto de 1855 e consistiam em impedir o deslocamento das obras para fora da instituição, evitar a aplicação de verniz e outros materiais que pudessem danificar as obras, assim como manter o asseio da Pinacoteca (BRASIL, 1856, p. 424).

Em relação ao ensino de Arqueologia, das fontes analisadas pouco se pode apreender; são escassas, também, as evidências acerca do desenvolvimento teórico elaborado e das práticas empreendidas. O Estatuto indica que as aulas sobre “Estética e Archeologia” contavam com demonstrações gráficas e plásticas em pedra, além de exposições orais e teóricas que o professor deveria fazer na aula. Ademais, os alunos só poderiam ingressar nesse curso após três anos completos de estudo na instituição (BRASIL, 1856, p. 402-430).

Apesar disso, é possível visualizar uma imagem do que começava a ser delineado enquanto Arqueologia nesse contexto a partir de trabalhos como os de Peter Wilhelm Lund, botânico dinamarquês e paleontólogo amador estabelecido em Lagoa Santa (MG). Tendo pesquisado mais de 800 grutas na região, Lund foi considerado um dos precursores da paleontologia e da arqueologia brasileiras, uma vez que, além de ossos de animais fossilizados, localizou ossos humanos e deparou-se com pinturas da região (PROUS, 1992 *apud* SEDA, 2001, p. 1). Alfredo Souza destaca a importância de Lund nas transformações ocorridas no acervo do Museu Real, que, antes mais voltado à geologia e à biologia, passou a incorporar objetos arqueológicos e etnológicos (SOUZA, 1991, p. 61).

Além da Academia Imperial de Belas Artes e do Museu Real, pode-se destacar o Museu Paulista (1894) e o Museu Paraense (1871) como importantes instituições para história da Arqueologia e da conservação desses bens (GROLA, 2014; SANJAD, 2005).

No século XIX, a perspectiva de construção da nação e de suas bases permeava tanto o fazer da conservação quanto o fazer arqueológico. Assim, nas instituições públicas buscava-se constituir uma narrativa oficial para o país recém independente, inserindo-o na esteira das “civilizações valorizadas”.

Vale destacar que Lund, Nascimento e Porto-alegre atuavam em diversas especialidades, uma vez que a fragmentação do campo epistemológico se acentuaria somente mais tarde, nas décadas finais do século XIX e início do século XX, até apresentar sua divisão em áreas específicas (PEIXOTO, 2013, p. 15).

O CONSERVADOR DE ARQUEOLOGIA E O CONSERVADOR DE MUSEUS

Com semelhante perfil profissional polivalente, Alberto Childe (pseudônimo de Dimitri Vonizim) foi contratado décadas depois, em 1911, como conservador de arqueologia no Museu Nacional. Childe já trabalhava no Museu como artista e,

² Pode-se citar o documento de 12 de fevereiro de 1836, em que a Academia registra a retirada de verniz e a substituição por outra camada em alguns quadros da Coleção Nacional (ACADEMIA IMPERIAL DE BELAS ARTES, 1833-1843, p. 96).

por indicação de Roquette-Pinto, começou a atuar como técnico de restauração de objetos egípcios na 4ª seção³ (KEULLER, 2008, p. 141).

Podemos afirmar que a atuação de Alberto Childe no Museu Nacional marca uma aproximação efetiva dos campos da Conservação e da Arqueologia no cenário brasileiro. O Decreto nº 9211, de 15 de dezembro de 1911, criou o cargo de “Conservador de Archeologia” e definiu que cabia a esse profissional “velar pelas colleções entregues a sua guarda, restaurando os specimens que lhe forem indicados pelo chefe de secção e professor de anthropologia e ethnographia” (BRASIL, 1911, Art. 31).

Em suas atividades cotidianas, Childe ajudava na reprodução de desenhos, feitura de moldes e tradução de livros e textos, dedicando-se, especialmente, aos estudos da antiguidade (KEULLER, 2008, p. 141). Observando a distribuição de atribuições, é perceptível que sua aproximação técnica, em muitos momentos do fazer cotidiano, se confundia com a função do preparador, o que não era fortuito, uma vez que a função de Childe de zelar pelas coleções arqueológicas somava-se à sua trajetória como preparador de arqueologia no cargo antes ocupado por ele no Museu de Anatomia Patológica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (KEULLER, 2008, p. 308).

Devemos considerar que havia uma certa mobilidade dos funcionários dentro do Museu Nacional, a exemplo de Antônio de Souza Mello Netto, que entrou como preparador em 1876 e foi nomeado subdiretor da 4ª seção em 1890; de Paulo Roquette-Pinto, que foi preparador interino em 1932, substituindo Padberg-Drenkpol até esse ser removido para outra seção (KEULLER, 2008, p. 222); e de Heloisa Alberto Torres, que ingressou como praticante gratuito⁴ por indicação de Roquette-Pinto. Torres tornou-se a auxiliar de pesquisa e chegou ao cargo de professora substituta da seção de Antropologia e Etnografia em 1925, vaga que havia sido requerida por Alberto Childe⁵, consolidando sua carreira como Diretora do Museu Nacional de 1937 a 1955 (KEULLER, 2008, p. 179; SEÇÃO DE MUSEOLOGIA, 2007-2008).

Dentro do campo do patrimônio podemos destacar duas contribuições significativas de Childe. Uma foi a elaboração de um anteprojeto de lei de defesa do patrimônio artístico nacional, em 1920; e outra foi sua participação na formação do primeiro Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan).

Em 1920, Bruno Álvares da Silva Lobo, diretor do Museu Nacional e membro da Sociedade Brasileira de Belas Artes, encarregou Alberto Childe de elaborar um anteprojeto de lei de defesa do patrimônio artístico nacional (ANDRADE, 2012, p. 68). Childe não redigiu um anteprojeto, mas um ofício em resposta, com uma preocupação quase que exclusiva com a preservação de sítios arqueológicos. A proposta sugeria a

³ Inicialmente denominada seção de “De Numismatica e Artes liberaes; Archeologia, usos e costumes das nações modernas”, foi criada por meio do Decreto nº 123/1842. O Decreto ainda instaurou o Conselho Administrativo no Museu Nacional, elaborou normas de funcionamento interno e promoveu contato com outras províncias e museus da Europa (KEULLER, 2008, p. 53).

⁴ “Praticante gratuito” aparece no Decreto nº 7.862/1910 e no Decreto nº 11.896/1916. Aos praticantes e preparadores cabia executar os trabalhos solicitados pelo subdiretor da seção (BRASIL, 1876, Art. 9 e 13). Procurando aumentar as atividades da seção sem aumentar as despesas, o diretor do Museu Nacional incentivou a admissão de praticantes gratuitos. Esse tipo de admissão já aparecia em 1886 e, de 1915 a 1920, o Museu chegou a uma média de oito inscritos por ano (KEULLER, 2008).

⁵ A vaga foi negada a Alberto Childe, que desde 1918 pleiteava sua promoção como assistente. Em 1920, em parecer à Congregação, Bruno Lobo sugeriu o título honorífico de professor a Childe até que a organização do Museu permitisse uma seção própria para ele, o que nunca aconteceu (KEULLER, 2008).

desapropriação de todos esses bens culturais e defendia que a totalidade desses passasse a ser responsabilidade do poder público. Sem encontrar respaldo na Constituição de 1891, que reconhecia a propriedade privada como quase intocável, a proposta não despertou interesse do Poder Legislativo e do Poder Executivo (ANDRADE, 2012, p. 69-70; SILVA, 1996, p. 11). Apesar disso, esse documento é de extrema importância para a história da arqueologia nacional, uma vez que foi um dos pioneiros com a intenção de elaborar uma lei de defesa do patrimônio cultural.

Dos projetos e instituições⁶ que de alguma maneira percebiam a proteção do patrimônio como forma de construir uma identidade nacional oficial (RANGEL, 2012, p. 105), ressaltam-se o Curso de Museus de 1932 e a Inspetoria de Monumentos Nacionais de 1934, ambos implantados por Gustavo Barroso⁷ e subordinados ao Museu Histórico Nacional (MHN), criado por meio do Decreto-Lei nº 15.596, de 1922. Também se destacam o Decreto-Lei nº 25 e a Lei nº 378, ambos de 1937, implantados pelo esforço do grupo de intelectuais ligados a Rodrigo Melo Franco de Andrade, que dão função e estabelecem o Sphan, atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Entre 1920 e 1930, houve uma efervescência de iniciativas que valorizavam os ideais e a cultura nacional. Vale citar algumas propostas para a preservação do Patrimônio Nacional, como a de Alcides Maia, em 1922, a qual pretendia conservar e manter no domínio público os lugares históricos; de Gustavo Barroso, entre 1922 e 1930, que propunha recolher, classificar e expor os objetos de importância histórica e erigir, vigiar e guardar o patrimônio artístico nacional; de Carneiro Leão, em 1923, cuja intenção era classificar e conservar os monumentos nacionais; de Luiz Cedro, em 1923, com o objetivo de classificar os monumentos nacionais; de Augusto de Lima, em 1924, que sugeria proibir a saída das obras de arte tradicionais; de Blaise Cendrars, que recomendava inventariar, classificar e conservar os monumentos históricos; de Lair Lins, em 1925, a qual buscava a catalogação dos objetos; de Oswaldo de Andrade, com a proposição da ferramenta de tombamento para o patrimônio nacional; de Araujo Pinto, que pretendia a proteção do Patrimônio Histórico Artístico Nacional; de Mário de Andrade, em 1936, com o anteprojeto para o tombamento do Patrimônio Artístico Nacional; e de Rodrigo Melo Franco de Andrade, de 1937, que foi implementada (CHIOSSI, 2018, p. 31).

Segundo Siqueira *et al.* (2008, p. 142), a atuação de Gustavo Barroso no campo da preservação do patrimônio pode ser analisada a partir da criação do MHN, do projeto de um Museu Ergológico, das atividades da Inspetoria de Monumentos Nacionais e/ou da implantação do Curso de Museus. Aqui, nos detemos na implantação do Curso Técnico de Conservador de Museus pelo Decreto-Lei nº 21.1129, de 7 de março de 1932. Em sua primeira fase, entre 1930 e 1940, o Curso era o único centro de formação de profissionais habilitados para trabalhar nos museus históricos e de belas artes do país, legitimando assim, um conhecimento específico (WILLIAMS, 1997 *apud* SIQUEIRA *et al.*, 2008, p. 147).

⁶ No Ministério da Educação e Saúde, instituído após a Revolução de 1930, são criados o Conselho Nacional de Cultura (BRASIL, 1938), o Serviço Nacional do Teatro (BRASIL, 1937b), o Instituto Nacional do Livro (BRASIL, 1937c), o Serviço de Radiodifusão Educativa, a partir de doação feita por Roquette-Pinto ao Estado em 1936, e o Instituto Nacional do Cinema Educativo (1936) (BOTELHO, 2007, p. 2 *apud* RANGEL, 2012, p. 104).

⁷ Gustavo Barroso foi o primeiro diretor do Museu Histórico Nacional, de 1922 até 1959. Formado em direito (COSTA, 2010), foi escritor, político e jornalista. Teve atuação marcante na vertente regionalista e nacionalista no início do século XX (SIQUEIRA *et al.*, 2008, p. 147).

A destituição de Barroso do cargo de diretor após a chamada Revolução de 1930 foi revertida, tendo retornado à direção do MHN em 1932 (COSTA, 2008), sete meses após a inauguração do Curso de Conservador de Museus (SIQUEIRA, 2009, p. 26). No mesmo decreto de criação do MHN, devido à atuação de Barroso já se propunha a criação do curso técnico, que não chegou a ser implantado de imediato, mas ajudou a criar as bases para a estruturação do Curso de Conservador de Museus que aconteceria em 1932 (RANGEL, 2012, p. 106).

A implementação do Curso foi um dos marcos para a Museologia no Brasil (RANGEL, 2012, p. 106), assim como para a Conservação, enquanto áreas de conhecimento e atuação profissional. Em sua grade curricular constavam temas como história política e administrativa do Brasil, numismática, história da arte e arqueologia aplicada ao Brasil no primeiro ano (BRASIL, 1932).

A cadeira de Arqueologia brasileira era ministrada por João Anygone Costa, 3º Oficial⁸ do MHN (SIQUEIRA, 2009, p. 25) e ex-praticante gratuito do Museu Nacional, em 1922 (KEULLER, 2008, p. 310). Conforme ressaltado por Siqueira (2009), de 1932 até 1944, segundo os relatórios de atividades do Museu, o curso não gerava custos aos cofres públicos, pois os professores eram funcionários que não recebiam a mais pela docência.

O Curso possuía uma aproximação técnica do fazer da conservação. Siqueira (2009) salienta o caso de Anygone Costa que, em entrevista ao *O Jornal* em 1934, dizia preparar “funcionários com a capacidade precisa para servir em museus” (O JORNAL, 1934 *apud* SIQUEIRA, 2009, p. 24). Além disso, as aulas eram lecionadas com base na visão de Barroso sobre o patrimônio. Podemos identificar no discurso do memorial intitulado *A carreira de Conservador*, em que Barroso (1947, p. 231) defende a visão do Museu como “um estabelecimento que visa propagar uma ciência ou uma arte e formar especialistas na mesma” e compara “o que é um museu se não um Conservatório”.

No memorial, Barroso utiliza as definições de Conservação do dicionarista Larousse, entendida como atividade desempenhada por “um funcionário especializado, encarregado da guarda de certos depósitos ou da defesa de certos direitos” e de Maximiano Lemos, para o qual o Conservador é “um funcionário público encarregado de guardar e conservar um arquivo de estabelecimento científico” (BARROSO, 1947, p. 232). Ainda, ele complementa que nessa profissão “se dedicam a *guardar, conservar, defender, comentar e salvar*, assim, da destruição do descaso e do esquecimento as obras de arte e as relíquias do passado” (BARROSO, 1947, p. 232, grifo do autor).

O Curso de Museus teve papel fundamental na formulação do conceito e das iniciativas de atuação a favor da preservação do patrimônio histórico e artístico brasileiro a partir da década de 1930, como a absorção dos recém-formados pelas diversas instituições ligadas ao patrimônio.⁹

⁸ Cabia aos 3º Oficiais encarregar-se dos trabalhos de escrita e prestar serviços na biblioteca e no arquivo das seções, auxiliando os demais oficiais na colocação e conservação dos livros e documentos, na organização dos catálogos e na consulta pública. Essas funções seriam atribuídas a alguns conservadores que se habilitassem no Curso (BRASIL, 1922, Art.º 17 e 55).

⁹ Por exemplo, Luiz Castro Faria, 1934-1935 (SIQUEIRA, 2009); Regina Liberalli, 1936-1937 (CASTRO, 2013); Lygia Martins Costa, 1938-1940 (SÁ, 2015), entre outros. Eles trabalharam respectivamente no Museu Nacional, Museu Nacional de Belas Artes (MNBA) e no MNBA e, posteriormente, no SPHAN.

Segundo Siqueira (2009, p. 26-27), Barroso consolida seu discurso técnico-científico na obra *Introdução à Técnica de Museus*, publicada em dois volumes na segunda metade da década de 1940, o primeiro dedicado ao processamento técnico de acervos e o segundo às coleções. Desta forma, o Curso de Museus pode ser compreendido como parte do projeto de Gustavo Barroso para a implementação e manutenção de uma “memória nacional” (SIQUEIRA *et al.*, 2008, p. 147).

SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL E A PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

Em meio ao cenário de debates e disputas em torno da criação de práticas, instrumentos e instituições que pudessem lidar com a preservação daquilo que vinha se construindo como patrimônio nacional, a promulgação da Constituição de 1934¹⁰ criou um cenário favorável para que Gustavo Capanema, Ministro da Educação à época, seguisse o conselho do historiador Luiz Camilo de Oliveira Neto e elaborasse um plano geral de conservação e aproveitamento dos monumentos nacionais (ANDRADE, 2012, p. 102-103). Do plano geral, Andrade (2012, p. 105) ressalta os seguintes pontos:

- 1) Legislação apropriada, permitindo ao governo da União (Em cooperação com os governos estaduais, particulares, etc.) estabelecer o registro dos monumentos históricos e sua respectiva conservação;
- 2) Instituição de um órgão administrativo para superintender e orientar planos de trabalhos de reconstrução e restauração;
- 3) Estabelecimento de pequenos museus regionais nos edifícios mais representativos, onde seriam recolhidos mobiliário, objetos de arte popular, produtos de serralheria, etc., de forma a constituir núcleos de estudos e pesquisas. (ANDRADE, 2012, p. 105)

Nesse contexto, Capanema solicita a Mário de Andrade, então Diretor do Departamento de Cultura do Município de São Paulo, a elaboração de um anteprojeto para a instituição de patrimônio a ser criada. O anteprojeto, entregue em 23 de março de 1936 (ANDRADE, 2012, p. 106), visava à organização do “Serviço do Patrimônio Artístico Nacional” (SPHAN, 1980). A proposta incumbia ao Sphan a organização definitiva dos museus nacionais por meio da Seção de Museus, chefiada pelo próprio diretor do Serviço, com a justificativa de que, assim, não se criaria mais um organismo independente e se evitaria o aumento de funcionalismo (SPHAN, 1980, p. 65).

No plano quinquenal de montagem e funcionamento, o anteprojeto previa a “instalação definitiva e limitada do Museu Arqueológico Etnográfico”¹¹ e também

¹⁰ A Constituição de 1934 atribuía à União, aos Estados e aos Municípios o desenvolvimento das ciências, artes, letras e cultura em geral, assim como a proteção dos objetos de interesse histórico e do patrimônio artístico do país (BRASIL, 1934, Art. 148).

¹¹ A correspondência entre Heloisa Alberto Torres, diretora do Museu Nacional, e Rodrigo Melo Franco de Andrade, sobre o projeto de criação do SPHAN, em 1936, sugere o entendimento de que não seria aconselhável separar a seção de etnografia das outras seções do museu (ANDRADE, 1987). Ainda, é apontada uma colaboração estreita entre a seção de Etnografia do Museu Nacional e o Serviço do Patrimônio, devendo o material da seção de Etnografia constar no respectivo Livro do Tombo do Sphan e os técnicos do Museu Nacional colaborarem no Conselho Consultivo (ANDRADE, 1987).

propunha a criação dos Livros do Tombo¹² e do Conselho Consultivo¹³, entre outras ações. Entretanto, segundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, o anteprojeto não dava o “prestígio desejável” à organização técnica e administrativa do Serviço e previa “instituições que as condições do país talvez não comportassem” (ANDRADE, 2012, p. 106-107).

Capanema submeteu o anteprojeto para consideração da Presidência da República, expondo a matéria e propondo o início da organização do Sphan, sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade¹⁴. Aprovada pelo executivo, foi autorizada a adoção de medidas preliminares (ANDRADE, 2012, p. 107), que resultariam, mais tarde, na Lei nº 378, de 1937, que oficializava a criação do Sphan.

Para organizar o Serviço, Rodrigo contratou o pessoal estritamente necessário para assumir os cargos previstos no anteprojeto de Mário de Andrade (ANDRADE, 2012). Como resultado desse esforço, após três meses da instalação do Sphan, o diretor Rodrigo M. F. Andrade (2012, p. 107) apresentou o resultado em ofício, no dia 23 de julho de 1936, com o que havia resumido do anteprojeto original de Mário. Várias emendas foram apresentadas a esse projeto (ANDRADE, 2012, p. 110; SILVA, 1996, p. 14) e, no dia dos ajustes finais para a discussão na Câmara dos Deputados, ocorreu o golpe de Estado que dissolveu o Congresso Nacional e estabeleceu o chamado Estado Novo, mantendo Getúlio Vargas no poder até 1945.

Após o golpe, Capanema não demorou a reenviar o resumo do anteprojeto que configuraria o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Este Decreto-Lei, em seu artigo 1º, define patrimônio histórico e artístico nacional como “[...] bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público por vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (BRASIL, 1937a). Para ganhar o *status* de patrimônio nacional, o bem necessitaria ser tombado, processo que ocorreria de forma voluntária ou compulsória. Em ambos os casos, deveria passar pelo crivo do Conselho Consultivo e, conseqüentemente, da diretoria do Sphan.

Com relação aos bens arqueológicos, o Decreto-Lei instituía o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, que abarcava registros de arte arqueológica,

¹² O termo “Livro do Tombo” faz referência ao processo no qual o bem é “tombado” e inscrito em seu respectivo Livro (Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes; Livro do Tombo das Artes Aplicadas). Esta forma de expressão indica o “registro pormenorizado do bem que se pretende preservar, mediante custódia do Poder Público” (TELLES, 1997, p. 21). A palavra faz alusão à Torre do Tombo, “designação dada ao Arquivo Real” em Portugal, do qual há referências desde 1378. Com o tempo o termo passa a significar “registrar”, “inventariar”, “arrolar ou “inscrever” no português. A introdução do termo “tombamento”, no Brasil, ocorreu no anteprojeto de Oswald de Andrade, em 1926, para órgão de função semelhante, com a intenção de substituir os termos “classificação” ou “catalogação”. (AQUINO, 2011, p. 2) e é utilizado por Mário de Andrade em 1936 com o intento de manter esse sentido (PEREIRA, 2012).

¹³ O Conselho Consultivo já havia sido previsto em outros projetos, como é o caso do anteprojeto do deputado Wanderley Pinho em 29 de agosto de 1930. Segundo Andrade (2012), esse projeto foi uma das principais fontes da legislação do patrimônio na Constituição de 1934.

¹⁴ Manuel Bandeira indicou Rodrigo para o cargo de diretor do Serviço (THOMPSON, 2009). As relações de Mário de Andrade com Gustavo Capanema, de alguma maneira, se entrecruzavam com Bandeira e Carlos Drummond de Andrade, chefe de gabinete de Capanema (SALA, 1990). Drummond, ao final da ditadura, em 1945, foi trabalhar no Serviço do Patrimônio (THOMPSON, 2009). Nesse sentido, Sala (1990, p. 20) ressalta que, “as vinculações entre Capanema e o movimento modernista, garantidas e constantemente revitalizadas por Drummond, nunca foram simples nem plenamente cordiais”.

etnográfica, ameríndia e popular, incluindo “bens de excepcional valor arqueológico e etnológico”, mencionados no artigo 1º, e monumentos naturais, sítios (dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana) e paisagens, citados no § 2º (BRASIL, 1937a, Art. 1º, § 2º).

Segundo Regina Coeli Pinheiro da Silva (1996, p. 16), somente a partir de 1940 o Sphan passou a realizar o tombamento de sítios e coleções arqueológicas. Rodrigo M. F. de Andrade, ao fazer uma análise da legislação, afere que “para ser preservado eficazmente [os bens patrimoniais], talvez reclame uma organização e um aparelhamento mais complexo do que comportará uma única repartição federal.” (ANDRADE, 2012, p. 118).

O Serviço recém-criado não conseguia efetivar a ação de proteção estabelecida no Decreto-Lei, pois necessitava de um aparelho que abarcasse não somente os monumentos históricos e artísticos, mas também os bens móveis e imóveis, arqueológicos, etnográficos e paisagísticos. Uma das maneiras encontradas para ampliar a ação do Serviço, nos primeiros anos, foi a colaboração entre a Diretoria do Sphan e o Museu Nacional (SILVA, 1996, p. 17). Porém, assim como destaca Silva (1996, p. 15), dessa colaboração surgiu uma acomodação por parte do Sphan para a resolução dos assuntos pertinentes à arqueologia, o que resultou em uma “ilusória desnecessidade de organização e de estruturação da área específica”.

Observando o cenário das relações institucionais apresentadas, conseguimos perceber o aparelhamento do Estado nas questões relativas à Conservação do Patrimônio Arqueológico que envolvia, pelo menos, a atuação de três instituições: o Museu Nacional, o MHN e o Sphan.

Seguindo a ponderação de Rodrigo M. F. Andrade (2012, p. 118), a diversidade de natureza das coisas a serem protegidas exigia grande número de conhecimentos especiais para que conseguisse reunir o quadro técnico de pessoas em uma só instituição do serviço público. Nesse sentido, o Museu Nacional ficava encarregado dos trabalhos “técnico e científicos” de pesquisa e da guarda do material arqueológico, assim como do material etnográfico; o MHN fornecia pessoal especializado por meio do Curso de Museus; e ao Sphan se propunha a proteção do patrimônio arqueológico destacado pelo corpo científico do Museu Nacional, através da diretoria que providenciava o tombamento e da prática discursiva adotada pelo Conselho Consultivo.

O Conselho Consultivo¹⁵ estabelecido no Decreto-Lei nº 25/1937 exercia “papel fundamental, mediante o prestígio e a representatividade de seus membros no interior dos campos intelectual e político, ao engendrar uma retórica legitimadora e consagradora das ações impositivas do Sphan” (CHUVA, 2009, p. 222). Simão (2009, p. 425) ressalta que o Conselho Consultivo do Patrimônio aparece, dessa maneira, como uma instância de legitimação inclusive dos saberes que ainda não haviam conquistado espaço dentro das universidades.

É importante notar que os mesmos intelectuais presentes na criação do Serviço e no Conselho Consultivo apresentam artigos na *Revista do Patrimônio* (1937-2012). Para Chuva (2009), a revista somava o caráter legitimador ao caráter divulgador de um conhecimento especializado prescrito pela agência do Estado. É o caso de Heloisa Alberto Torres, diretora do Museu Nacional, que, no primeiro número da revista, publicou “Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico

¹⁵ Vale pontuar que faziam parte da primeira formação do Conselho Consultivo (1938-1946) Alberto Childe, Edgar Roquette-Pinto, Gustavo Barroso, Heloisa Alberto Torres, Manuel Bandeira, Oswaldo Teixeira, entre outros (CHUVA, 2009, p. 222).

no Brasil”, em 1937. Em resumo, o artigo propõe a proteção de jazidas arqueológicas, coleções e espécimes arqueológicos e etnográficos e produtos das artes de populações indígenas (TORRES, 1937, p. 9).

Destacam-se duas discussões levantadas no artigo: a destruição das jazidas e as coleções dos espécimes. Sobre as jazidas arqueológicas, Torres denunciava os fatos de diversas naturezas que condicionavam a sua destruição, relacionando, principalmente, três motivos: os danos causados pelo tempo; a ignorância ou descaso das pessoas com o valor desses repositórios; e os interesses econômicos imediatos (TORRES, 1937, p. 11). Nesse último tópico, Torres denuncia os conchais sacrificados pela instalação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (Itapura-Corumbá), a qual desviou o seu traçado original para aproveitar o terreno firme. O processo iria ferir os conchais e aproveitar a utilização desses para a pavimentação de estradas de Cabo Frio a Campos Novos (TORRES, 1937, p. 17).

O pedido da avaliação arqueológica do local de instalação da estrada de ferro foi feito ao professor, antropólogo e filósofo Lévi-Strauss que lecionava na Universidade de São Paulo (USP) e havia visitado a jazida em suas viagens ao Mato Grosso (TORRES, 1937, p. 17). Em algumas dessas viagens, foi acompanhado por Luiz Castro Faria, jovem naturalista (RANGEL, 2012, p. 424) formado no Curso de Museus entre 1934 e 1935 (SIQUEIRA, 2009, p. 116). Depois do curso, Castro Faria entrou no Museu Nacional como praticante gratuito (FARIA, 1984, p. 229), desempenhando um importante papel nas mudanças que se seguiram no cenário da preservação dos bens arqueológicos no Brasil.

No artigo de Torres (1937), é ressaltada a necessidade de registro adequado da entrada de bens ofertados aos museus, destacando “quem o encontrou” e “em que circunstância se deu”. Também sugere-se ao Serviço a organização de catálogo com o arrolamento dos espécimes, junto com os registros das “circunstâncias que puderam ser apuradas com referência a ele” (TORRES, 1937, p. 20). E, por fim, é feito um arrolamento das coleções presentes nos museus Federais, Estaduais e Municipais, incluindo coleções particulares. Complementando esse arrolamento, Silva (1990, p. 16) aponta que alguns dos sítios e coleções posteriormente foram tombados¹⁶.

Porém, a experiência adquirida nos trabalhos de tombamento dos sítios e bens arqueológicos nas primeiras décadas levou ao entendimento de que o processo de tombamento dos bens arqueológicos atuava somente sobre determinados sítios e coleções arqueológicas, por não prever a proteção de todas as categorias de bens (SILVA, 1996, p. 17). A percepção dessa lacuna direcionou, nas décadas seguintes, esforços de intelectuais e acadêmicos a fim de elaborar uma legislação específica para a preservação do patrimônio arqueológico (SILVA, 1996, p. 17).

Entre os diversos agentes que se dedicaram ao processo de criação da Lei n° 3.924, de 1961, evidenciaremos a atuação de dois deles: Paulo Duarte, advogado, professor, jornalista e deputado estadual que se empenhou em campanhas cívico-políticas e culturais (MENDES, 1994, p. 189); e Luiz de Castro Faria, citado anteriormente, aluno do Curso de Museus que havia entrado no Museu Nacional como praticante gratuito, em 1936, nomeado naturalista interino na vaga de Antropologia de Padberg-Drenkpol, em 1937 (FARIA, 1984, p. 231), e que seria diretor entre 1964 e 1967 (SILVA; SILVA, 2008, p. 38).

Paulo Duarte, ao retornar ao Brasil após seu primeiro exílio político em Portugal, trabalhou como consultor jurídico municipal e participou da criação do Departamento de Cultura do Município de São Paulo, em que atuou com Mário de Andrade e

¹⁶ É o caso do Sambaqui do Pindaí (São Luiz, Maranhão) em 1940 e do Acervo do Museu Emílio Goeldi – Coleção Arqueológica (Pará) em 1940 (SILVA, 1996).

participou do projeto de elaboração da USP. Mário de Andrade e Paulo Duarte já se conheciam de outras atividades conjuntas: ambos eram ligados ao Partido Democrático (OLIVEIRA, 2005, p. 14), e Duarte foi um dos incentivadores da Semana de Arte Moderna de 1922 (MENDES, 1994, p. 189). Posteriormente, no período do Estado Novo, Paulo foi exilado novamente, tendo vivido na França até ser ocupada pelos alemães na Segunda Guerra Mundial, transferindo-se então para Nova York (MENDES, 1994, p. 189-190).

Em Paris, ingressou no Musée de l'Homme (Museu do Homem), aperfeiçoando-se em Pré-História, disciplina a qual se dedicaria quando retornasse ao Brasil em 1945. Em Nova York, trabalhou no Museum of Modern Art (Museu de Arte Moderna) (MENDES, 1994, p. 190). Ao retornar a São Paulo, Duarte trabalhou para o jornal *Folha da Manhã*, tornando-se posteriormente chefe do jornal *O Estado de S. Paulo*, cargo que ocupou até 1950 (DUARTE, 2010, p. 78-79).

Em 1952, quando fazia parte da criação da Comissão de Pré-História, deixou sua marca na trajetória de constituição da legislação federal de preservação. Segundo Silva (1996, p. 17), a Comissão, que no início da década de 1960 se transformara no Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo (LIMA, 2000, p. 296), teve grande importância para a criação de uma legislação federal específica para a preservação do patrimônio arqueológico.

Silva (1996, p. 17) lembra, ainda, a existência de outros projetos que buscavam solucionar a problemática do patrimônio arqueológico, inserindo como referência o trabalho de José Louredo Fernando no Decreto n° 1346/1951, posteriormente complementado pelo Decreto n° 5405/1952, todos em âmbito Estadual.

As interseções entre Luiz de Castro Faria e Paulo Duarte ocorreram de forma ampla. Lima (2000, p. 296) salienta que com Duarte, da USP, e José Loureiro Fernandes, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Castro Faria formou um grupo fortemente atuante e combativo na defesa intransigente dos sambaquis¹⁷. É importante mencionar que essas relações também passavam por Rodrigo Melo Franco, à frente da então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dphan)¹⁸ até 1967, e por Heloisa Alberto Torres¹⁹, diretora do Museu Nacional até 1955.

Contando com o apoio conjunto de acadêmicos e instituições federais, Paulo Duarte solicitou junto a Mário Meneghetti, Ministro da Agricultura, a constituição de uma comissão encarregada de redigir e apresentar um projeto de lei para buscar um entendimento com a União a respeito do Código de Minas (SILVA, 1996, p. 17). O Código

¹⁷ Sambaquis (palavra de origem Tupi que significa “monte de conchas”) são sítios arqueológicos monticulares distribuídos pela costa brasileira, ocupando principalmente zonas de tons ecológicos cambiantes, como regiões lagunares e áreas recortadas de baías e ilhas. Esses sítios (também chamados de concheiros) variam de tamanho e, especialmente no litoral sul catarinense, podem atingir até 70 metros de altura e 500 metros de comprimento. Em geral exibem uma sucessão estratigráfica de composição diferenciada: camadas de conchas mais ou menos espessas intercaladas por numerosos estratos finos e escuros, ricos em materiais orgânicos, com muitas estruturas distribuídas em áreas específicas (DEBLASIS *et al.*, 2007).

¹⁸ O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico passa a ser denominado Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de 1946 a 1970, quando é aprovado novo regimento, por meio do Decreto n° 20.303/1946.

¹⁹ Depois do Museu Nacional, Heloisa exerceu cargos em instituições relacionadas à construção da cultura nacional, como o Conselho Nacional de Proteção aos Índios e o Sphan. Participou da criação da Fundação Nacional do Índio (Funai) e substituiu Gilberto Freyre na cátedra de Antropologia Social na Universidade do Distrito Federal (CORRÊA, 1997, p. 25-38).

vigente até então considerava jazida “toda massa de substância mineral ou fóssil existente no interior ou na superfície da terra e que apresente valor para a indústria” (BRASIL, 1940, Art. 1). Fizeram parte dessa comissão Paulo Duarte (Diretor da Comissão de Pré-História de São Paulo), José Louredo Fernandes (UFPR), Rodrigo de M. F. de Andrade (Dphan), José Cândido de Melo Carvalho (Diretor do Museu Nacional), Avelino Inácio de Oliveira (Diretor Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério da Agricultura) e Benjamin Campos (Procuradoria Jurídica do Ministério da Agricultura) (SALADINO, 2010, p. 85; SILVA, 1996, p. 18).

Duarte utiliza o trabalho de Luiz Castro Faria relacionado aos sambaquis²⁰ de Santa Catarina como base para redigir o anteprojeto da Lei n° 3.924/1961 (SILVA, 1996, p. 18). Sobre a relação de Castro Faria com as pesquisas no estado de Santa Catarina, Simão (2009, p. 434) afirma que:

Uma extensa documentação referente aos custos de trabalho das pesquisas arqueológicas e de projeto de aplicação de verba em serviços de inventário, documentação e registro de monumentos arqueológicos e pré-históricos, principalmente no estado de Santa Catarina, confirma a imensa mobilização, por parte do Museu Nacional, em articular-se com outros agentes e instituições de ensino e pesquisa, para estabelecer normas para a exploração de jazidas arqueológicas junto à agência estatizada de preservação.

Após ampla movimentação, o Congresso Nacional aprovou o Projeto de Lei n° 3.924, de 26 de julho de 1961. Foi estabelecido que todos os monumentos, sítios e bens arqueológicos ou pré-históricos ficariam sob guarda e proteção do Poder Público, uma vez que constituíam direito imanente do Estado. Além disso, proibiu-se o aproveitamento econômico e a destruição ou mutilação dos sítios, inscrições e objetos antes de serem devidamente pesquisados. Foi colocado que, uma vez concluída a exploração científica, mediante parecer favorável do Dphan, o empreendimento tinha anuência para continuar. Por fim, o direito de escavações para fins arqueológicos em terras de domínio público ou particular passou a exigir permissão do Governo da União, por meio do Dphan (BRASIL, 1961, Art. 1°, 7°, 8° e 22).

Como destacado por Caldarelli e Santos (2000, p. 54), a Lei n° 3.924/1961 impulsionou as primeiras pesquisas de salvamento arqueológico no Brasil, já que a pesquisa prévia se tornou condição obrigatória para a liberação de áreas arqueológicas para fins econômicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conservação e arqueologia passam a figurar, concomitantemente, no estatuto da Academia Imperial de Belas Artes a partir de meados do século XX, mais precisamente em 1855, em decorrência da Reforma Pedreira. Nessa época, a coleta de material, inclusive arqueológico, faz parte do reconhecimento e dos estudos do território nacional, enquanto a conservação é evocada para permitir a permanência dos bens ao longo do tempo. Adentrando o século XX, as duas áreas de conhecimento, entre avanços e retraídas, encontram-se nos cargos criados de conservador de arqueologia e conservador de museus.

²⁰ Observando a normativa, Silva (1996, p. 18) aponta que a aplicação de vários vocábulos para expressar uma mesma categoria de sítio refletia a preocupação de conter os danos da exploração econômica dos sambaquis, berbigueiros, casqueiros e sarnambis (BRASIL, 1961, Art. 3°).

Ainda nesse século, assiste-se à afirmação de cursos mais direcionados que permitem maior sistematização do conhecimento das áreas e abertura de outros espaços de discussão. Adicionalmente, observa-se a formação de órgãos voltados para uma política de preservação do patrimônio nacional e o estabelecimento de uma legislação mais robusta, que também se relaciona com o fazer proposto por ambas as áreas no alvorecer da década de 1960.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMIA IMPERIAL DE BELAS ARTES. *Correspondência recebida e expedida pela Academia Imperial de Belas Artes*, 1833-1843. Documento 6124. Museu Dom João VI, EBA/UFRJ, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://docvirt.com/museudjoaovi/>. Acesso em: 2 ago. 2022.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Brasil: Monumentos Históricos e Arqueológicos*. Reedição Comentada. Rio de Janeiro: Iphan, 2012. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerPesDoc6_MonumentosHistoricosArqueologico_m.pdf. Acesso em: 28 jul. 2022.

AQUINO, Karla Adriana de. Apontamentos sobre a questão do patrimônio histórico e artístico brasileiro nos anos 20 e 30: a contribuição de Blaise Cendrars e dos modernistas. In: Simpósio Nacional de História, 26., 2011, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: Anpuh, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299180180_ARQUIVO_textoANPUH2011.pdf. Acesso em: 28 jul. 2022.

BARRETO, Cristiana. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. *Revista USP*, n. 44, p. 32-52, 2000. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i44p32-51>.

BARROSO, Gustavo. A carreira de Conservador. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 8, p. 229-234, 1947. Disponível em: <https://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn/issue/view/18>. Acesso em: 28 jul. 2022.

BRASIL. *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1855*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1856. t. 18, pt. 2. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/18443>. Acesso em: 29 jul. 2022.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. *Diário Oficial*: Brasília, DF, 16 jul. 1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 22 fev. 2022.

BRASIL. Decreto nº 123, de 3 de fevereiro de 1842. BRASIL. *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1842*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1842. t. 5, pt. 2. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/18442>. Acesso em: 29 jul. 2022.

BRASIL. Decreto nº 6.116, de 9 de fevereiro de 1876. In: *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1876*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876. t. 39, pt. 2, v. 1. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao7.html. Acesso em: 2 de jul. de 2022

BRASIL. Decreto nº 7.862, de 16 de fevereiro de 1910. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 1225, 16 fev. 1910. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-7862-9-fevereiro-1910-503025-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 fev. 2022.

BRASIL. Decreto nº 9.211, de 15 de dezembro de 1911. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 36, 1 jan. 1912. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9211-15-dezembro-1911-502745-regulamento-pe.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2022.

- BRASIL. Decreto nº 11.896, de 14 de janeiro de 1916. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 841, 18 jan. 1916. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11896-14-janeiro-1916-517466-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 fev. 2022.
- BRASIL. Decreto nº 15.596, de 2 de agosto de 1922. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 16081, 16 ago. 1922. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-15596-2-agosto-1922-568204-norma-pe.html>. Acesso em: 29 jul. 2022.
- BRASIL. Decreto nº 21.129, de 7 de março de 1932. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 4414, 11 mar. 1932. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21129-7-marco-1932-502948-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 29 jul. 2022.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, p. 24056, 6 dez. 1937a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 22 fev. 2022.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 92, de 21 de dezembro de 1937. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 25585, 27 dez. 1937b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-92-21-dezembro-1937-350840-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 fev. 2022.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 25586, 27 dez. 1937c. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del093.htm. Acesso em: 22 fev. 2022.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 526, de 1 de julho de 1938. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 13385, 5 jul. 1938. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-526-1-julho-1938-358396-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 fev. 2022.
- BRASIL. Decreto nº 20.303, de 2 de janeiro de 1946. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 4094, 10 jan. 1946. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-20303-2-janeiro-1946-327737-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 fev. 2022.
- BRASIL. Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 1210, 15 jan. 1937d. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 22 fev. 2022.
- BRASIL. Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 6793, 27 jul. 1961. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l3924.htm. Acesso em: 22 fev. 2022.
- CALDARELLI, Solange Bezerra; SANTOS, Maria do Carmo Monteiro dos. Arqueologia de Contrato no Brasil. *Revista USP*, n. 44, p. 52-73, 2000. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i44p52-73>.
- CASTRO, Aloisio Arnaldo Nunes de. *Do restaurador de quadros ao conservador-restaurador de bens culturais: o corpus operandi na administração pública brasileira de 1855 a 1980*. Tese (Doutorado em Artes) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/JSSS-9GGJEC>. Acesso em: 28 jul. 2022.
- CHAVES, Vania Pinheiro. Apontamentos para a biografia moral e intelectual de Manuel de Araújo porto alegre no novo almanaque de lembranças luso-brasileiro. *Historiæ*, v. 9, n. 1, p. 83-112, 2018. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/9663>. Acesso em: 28 jul. 2022.
- CHIOSSI, Bruno Perea. *Conservação arqueológica: reflexões e possibilidades*. 2018. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1876>. Acesso em: 28 jul. 2022.

- CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.
- CORRÊA, Mariza. Dona Heloisa e a pesquisa de campo. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 11-54, 1997. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-77011997000100002>.
- COSTA, Luiz Mário Ferreira. Gustavo Barroso e a criação da “Casa do Brasil”. *Revista Virtú*, v. 7, p. 1-8, 2008.
- DEBLASIS, Paulo; KNEIP, Andreas; SCHEEL-YBERT, Rita; GIANNINI, Paulo César; GASPAR, Maria Dulce. Sambaquis e Paisagens: Dinâmica natural e arqueologia regional no litoral do sul do Brasil. *Arqueologia Sul-Americana*, v. 3, n. 1, p. 29-61, 2007.
- DUARTE, Paulo Alfeu Junqueira de Monteiro. *Paulo Duarte II (depoimento, 1977)*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.
- FARIA, Luiz de Castro. A antropologia no Brasil. Depoimentos sem compromissos de um militante em recesso. *Anuário Antropológico*, v. 7, n. 1, p. 228-250, 1984. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6254>. Acesso em: 28 jul. 2022.
- FERREIRA, Lucio Menezes. Vestígios de civilização: o instituto histórico e geográfico brasileiro e a construção da arqueologia imperial (1838-1870). *Revista de História Regional*, v. 4, n. 1, 1999.
- GROLA, Diego Amorim. *Coleções de História Natural no Museu Paulista, 1894-1916*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-22102014-185744/pt-br.php>. Acesso em: 28 jul. 2022.
- ICOM. *Código de Ética do Icom para museus*. Versão lusófona. São Paulo: Icom, [2020]. Disponível em: https://www.icom.org.br/?page_id=30. Acesso em: 22 fev. 2022.
- KEULLER, Adriana Tavares do Amaral Martins. *Os estudos físicos de Antropologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro: cientistas, objetos, ideias e instrumentos (1876-1939)*. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-18092008-161852/pt-br.php>. Acesso em: 28 jul. 2022.
- LIMA, Tânia Andrade. Em busca dos frutos do mar: os pescadores coletores do litoral Centro-Sul do Brasil. *Revista USP*, n. 44, p. 270-327, 2000. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i44p270-327>.
- MENDES, Erasmo Garcia. Paulo Duarte. *Estudos Avançados*, v. 8, n. 22, p. 189-193, 1994. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9693>. Acesso em: 28 jul. 2022.
- OLIVEIRA, Francine. Intelectuais, cultura e política na São Paulo dos anos 30: Mário de Andrade e o Departamento Municipal de Cultura. *Plural*, São Paulo, v. 12, p. 11-20, 2005.
- PEIXOTO, Priscilla Alves. *Os escritos de Manoel Araújo Porto-alegre sobre cidades [1844-1853]*. Temporalidades e sedimentações. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/21/teses/819840.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2022.
- PEREIRA, Julia Wagner. O Tombamento: de instrumento a processo na construção da identidade de nação. In: CHUVA, Márcia. *Patrimônio Cultural: Políticas e Perspectivas da Preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.
- PONCIONI, Claudia. A estátua amazônica: “uma comédia arqueológica”, de Araújo Porto-alegre. *Brasil / Brazil*, v. 28, n. 51, p. 66-84, 2015.
- RANGEL, Marcio Ferreira. Museologia e patrimônio: encontros e desencontros. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas*, Belém, v. 7, n. 1, p. 103-112, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1981-81222012000100008>.

- SÁ, Ivan. Lygia Martins Costa: Narrativa sobre suas contribuições à Museologia e ao Patrimônio. *Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 4, n. 8, p. 129-146, 2015. DOI: 10.26512/museologia.v4i8.16908.
- SALA, Dalton. Mário de Andrade e o Anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 31, p. 19-26, 1990. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v0i31p19-26.
- SALADINO, Alejandra. Prospecção: o patrimônio arqueológico nas práticas e trajetórias do Iphan. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/8340>. Acesso em: 29 jul. 2022.
- SANJAD, Nelson Rodrigues. A coruja de Minerva: O Museu Paraense entre o Império e a República, 1866-1907. Tese (Doutorado em História das Ciências) – Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/6144>. Acesso em: 29 jul. 2022.
- SEÇÃO DE MUSEOLOGIA (org.). *Os diretores do Museu Nacional/UFRJ*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2007-2008.
- SEDA, Paulo Roberto Gomes. As pesquisas arqueológicas em Minas Gerais: das Pesquisas de Lund à Contribuição do IAB. *Boletim do IAB*, São Paulo, v. 11, p. 1-21, 2001.
- SILVA, Regina Coeli Pinheiro da. Compatibilizando os Instrumentos legais de preservação arqueológica no Brasil: O Decreto-Lei nº 25/37 e a Lei nº 3924/61. *Revista de Arqueologia*, v. 9, n. 1, p. 9-23, 1996. DOI: <https://doi.org/10.24885/sab.v9i1.105>.
- SIMÃO, Lucieni de Menezes. Elos do patrimônio: Luiz Castro Faria e a preservação dos monumentos arqueológicos no Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi: Ciências Humanas*, v. 4, n. 3, p. 421-435, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1981-81222009000300005>.
- SIQUEIRA, Graciele Karine. *Curso de Museus – MHN: 1932-1978: O perfil acadêmico-profissional*. Rio de Janeiro: Unirio/Mast, 2009.
- SIQUEIRA, Graciele Karine; GRANATO, Marcus; SÀ, Ivan Coelho. Relato da experiência: o tratamento e a organização do acervo documental do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil, Rio de Janeiro. *Revista CPC*, n. 6, p. 142-169, 2008. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v0i6p142-169.
- SOUZA, Alfredo Mendonça de. História da Arqueologia Brasileira. *Pesquisas: Antropologia*, n. 46, 1991. Disponível em: <http://www.anchietano.unisinos.br/publicacoes/antropologia/volumes/046.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2022.
- SPHAN. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília, DF: Iphan, 1980. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural(1).pdf). Acesso em: 29 jul. 2022.
- SQUEFF, Letícia Coelho. A reforma pedreira na Academia Imperial de Belas Artes (1854-1857) e a construção do espaço social do artista. *Cadernos Cedes*, ano 20, n. 51, p. 103-118, 2000. Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br/publicacoes/edicao/279>. Acesso em: 29 jul. 2022.
- TELLES, Antonio Queiroz. Breves notas sobre tombamento. *Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo*, v. 3, p. 21-36, 1997. Disponível em: <https://revistas.direitosbc.br/index.php/fdsbc/article/view/682>. Acesso em: 29 jul. 2022.
- THOMPSON, Analucia (org.). *Entrevista com Judith Martins*. Rio de Janeiro: Iphan, 2009.
- TORRES, Heloisa Alberto. Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 1, p. 9-30, 1937. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat01_m.pdf. Acesso em: 29 jul. 2022.